

## 5. VISÕES EPISTÉMICAS SOBRE ACESSO ABERTO: O CASO DOS HISTORIADORES PORTUGUESES

Maria Cristina Guardado  
Universidade de Aveiro – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda;  
CEIS20, Portugal  
cguardado@ua.pt  
**ORCID:** 0000-0003-4948-2293

### **RESUMO**

Representando uma revolução na forma como as comunidades científicas acedem e divulgam os resultados das suas investigações, a incorporação das práticas de movimento do Acesso Aberto não se tem sido feito de modo uniforme em todas as áreas do conhecimento. O trabalho que compõe este capítulo, de natureza exploratória, tem por base um conjunto de entrevistas realizadas a responsáveis de Unidades de Investigação e Desenvolvimento portuguesas, da área de História, apresentando as visões da comunidade nacional relativamente ao Acesso Aberto, suas vantagens e constrangimentos, bem como as práticas que adotam.

**Palavras-chave.** Comunicação científica, Acesso Aberto, culturas epistémicas, historiadores, Portugal

### **ABSTRACT**

Representing a revolution in the way scientific communities access and disseminate the results of their investigations, the adoption of Open Access practices has not been uniformly done in all areas of

knowledge. The exploratory work in this chapter is based on a set of interviews with the heads of Portuguese Research Units in the area of History, presenting the views of the national community regarding Open Access, its advantages and constraints as well as the practices they adopt.

**Keywords.** Scholarly communication, Open Access, epistemic culture, historians, Portugal

## INTRODUÇÃO

De acordo com Brown (2010, p. 287), “a ciência é um empreendimento social, no qual a inovação e os avanços dependem da capacidade dos cientistas comunicarem as suas descobertas a uma comunidade mais alargada”. Durante séculos essa comunicação baseou-se em objetos impressos, mas o progresso tecnológico das últimas décadas, alicerçado no desenvolvimento de uma infraestrutura digital de informação e comunicação, veio alterar o modo como o conhecimento científico é produzido e disseminado. Entre as mudanças mais significativas encontra-se o movimento do Acesso Aberto, o qual contribuiu para a eliminação de algumas das barreiras no acesso à informação científica, acelerando a velocidade com que esta é comunicada e, conseqüentemente, dando maior visibilidade aqueles que a produzem.

Sendo a comunidade científica constituída por diferentes grupos, cujo trabalho é desenvolvido tendo em conta cânones da disciplina em que se inserem (Becher e Trowler, 2001), as práticas adotadas pelas diferentes tribos de cientistas na comunicação dos resultados da sua investigação são, também elas, determinadas pela cultura epistémica que as caracteriza (Cronin, 2003; Knorr-Cetina, 1999).

O cenário descrito serve de enquadramento ao trabalho que compõe este capítulo, o qual tem por base um conjunto de entre-

vistas realizadas a responsáveis de Unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) portuguesas, da área de História, apresentando as visões da comunidade historiográfica nacional relativamente ao Acesso Aberto, as suas vantagens e constrangimentos, bem como as práticas que adotam.

## 1. REVISÃO DA LITERATURA

Sustentada numa infraestrutura digital de apoio à ciência, a publicação em Acesso Aberto (AA), definida por Suber (2012, p. 4) como “digital, em linha, gratuita e livre da maioria das restrições de direitos autorais e licenças”, criou uma verdadeira revolução na forma como os cientistas passaram a disponibilizar os resultados das suas investigações (Suber, 2012).

Desenvolvido a partir da proposta apresentada por Stevan Harnad (Harnad, 2010), como reação aos interesses comerciais que, no final do século XX, condicionavam o acesso à informação científica (Tinerella, 1999), o AA veio tornar o processo de comunicação científica bastante mais rápido, ao mesmo tempo que deu aos investigadores a oportunidade de nele participarem mais ativamente.

Tirando partido dos avanços registados ao nível da publicação eletrónica, das bibliotecas digitais e dos repositórios e outros espaços onde os investigadores podem tornar público o trabalho que desenvolvem, o AA desenvolveu-se em torno de dois modelos principais: a “via dourada” e a “via verde”.

A “via dourada” assenta na publicação em revistas científicas, publicadas muitas vezes por editores comerciais, as quais observam todos os requisitos de qualidade, nomeadamente ao nível da revisão pelos pares, mas sem custos de assinatura ou cobrança de taxas de acesso (Suber, 2012). Embora não seja uniforme em todas as áreas do conhecimento, nem em todos os países, o crescimento do número de títulos de periódicos em AA tem sido uma realidade,

como revelam os trabalhos desenvolvidos por Björk *et al.* (2010), Laakso *et al.* (2012), Wang, Cui, Xu, e Hu (2018) e Crawford (2019), entre muitos outros. A par destas revistas totalmente abertas, existem outras, chamadas de revistas híbridas, nas quais os conteúdos em AA coexistem com outros cujo acesso é pago (Laakso e Björk, 2012; Pinfield, Salter e Bath, 2017). Nestes casos, e para que a abertura dos conteúdos aconteça, o editor cobra, ao autor, taxas associadas à publicação<sup>1</sup>, adicionando alguns custos ao processo de livre disponibilização dos conteúdos, o que também acontece, embora com menor frequência, com algumas revistas totalmente livres, justificando-se com a sustentabilidade financeira do periódico (Crawford, 2019; Rizor e Holley, 2014; Solomon e Björk, 2016), o que tido objeto de algumas críticas, nomeadamente no que respeita ao lucro dos editores e aos custos para os autores e instituições (Bernius, Hanauske, Dugall, e König, 2013).

Já a “via verde” alicerça-se na disponibilização dos resultados da pesquisa através de repositórios institucionais e/ou temáticos e outros espaços de partilha baseados na web. Esta modalidade depende essencialmente dos investigadores depositarem os seus trabalhos, pelo que a sua implementação está mais dependente do envolvimento da comunidade científica e da sua sensibilização para as vantagens associadas a estas práticas.

Relativamente à “via dourada”, a “via verde” distingue-se pelo facto de nos repositórios não ser feita qualquer revisão pelos pares, apesar de neles se encontrarem numerosos trabalhos sujeitos a arbitragem, nomeadamente os artigos publicados em revistas científicas (Suber, 2012). Outra diferença reside na tipologia de trabalhos encontrados. Assim, e para além dos artigos publicados em revistas científicas, que sustentam a “via dourada”, podem encontrar-se,

---

<sup>1</sup> Genericamente, estas taxas recebem a designação de APC (*article-processing charge*).

também, dissertações e teses, livros e capítulos de livros, atas de conferências, relatórios de investigação, entre outros.

Independentemente da modalidade em causa, existe algum consenso entre os autores no que respeita às vantagens associadas ao AA, a começar por aquela que esteve na sua génese: a eliminação das barreiras no acesso à informação científica (Contreras, 2012; Tennant *et al.*, 2016). A abertura dos conteúdos traz consigo uma maior visibilidade, tendo como consequência direta o aumento do número de citações e dos níveis de cooperação internacional (Hook, Calvert, e Hahnel, 2019; McKiernan *et al.*, 2016; Mikki, 2017; Swan, 2010). Estes aspetos são particularmente relevante para países de menor dimensão e/ou com maiores limitações financeiras no acesso a conteúdos científicos, nos quais o movimento de AA tem vindo a ganhar grande importância (Contreras, 2012; Iyandemye, e Thomas, 2019; Schöpfel, 2017). Um outro benefício, especialmente associado à publicação em repositórios, é a redução do tempo de publicação, já que o autor não está dependente de terceiros para tornar público o seu trabalho (Borges, 2006).

Não obstante os benefícios evidentes, o AA levanta algumas questões, especialmente no que respeita ao direito de cópia. Enquanto que o modelo tradicional se apresenta bastante restritivo no que respeita à possibilidade dos conteúdos poderem ser replicados, a publicação em AA é, evidentemente, menos limitativa, podendo os autores escolher as regras sob as quais pretendem publicar (Borges, 2006; Suber, 2012). Contudo, o desconhecimento, por parte dos investigadores, destas questões pode ser uma limitação à plena concretização do AA (Rowley, Johnson, Sbaffi, Frass, e Devine, 2017), especialmente quando se trata da “via verde”. Este fenómeno é também referido por Hook *et al.* (2019), que indicam que a consciencialização dos investigadores para o AA foi mais lenta do que para outros intervenientes no processo de comunicação científica, como sejam editores ou os bibliotecários, dado que as práticas destes foram afetadas de forma mais imediata.

A abertura dos conteúdos científicos tem sido, também, promovida por entidades governamentais e agências financiadoras, com base no argumento de que a investigação financiada por dinheiros públicos deve acessível a todos.

Na Europa, há já algum tempo que a União Europeia (EU) elegeu o AA como uma prioridade, solicitando, desde 2008, que os resultados da investigação financiada por Bruxelas seja livremente disponibilizados num período que vai de 6 a 12 meses após o término do projeto (European Commission, 2012). Numa primeira fase a política mandatária da EU contemplava apenas a “via verde”, mas, progressivamente, a publicação em revistas de AA foi sendo incluída (OECD, 2015; Schmidt e Kuchma, 2012), havendo, inclusivamente, a possibilidade de reembolso de APC sob determinadas condições (Pinfield *et al.*, 2017).

Em Portugal, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) lançou em 2014 a sua política sobre o AA a publicações resultantes de investigações por ela financiadas. A opção, na linha do seguido pela generalidade dos países europeus, recaiu sobre uma política mista, em que a “via dourada” e a “via verde” se complementam (Portugal. FCT, 2014). Contudo, mesmo antes mesmo da FCT ter publicado a sua política mandatária, já existiam no nosso país outras instituições, com atividades de I&D, com políticas de AA próprias, conforme se pode ver no *Registry of Open Access Repository Mandates and Policies* (ROARMAP)<sup>2</sup>.

Como foi já referido, o *modus operandi* das comunidades científicas não é uniforme, variando conforme a disciplina em causa.

Assim, e no que diz respeito à área das Ciências Sociais e Humanidades, onde a História se inclui, trabalhos como os de Björk *et al.* (2010), Eve (2014) e Gargouri, Larivière, Gingras, Carr, e Harnad (2012), indicam que a adoção da publicação em AA tem sido mais

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://roarmap.eprints.org/view/country/620.html>.

lenta, quando comparados com outras comunidades epistémicas, nomeadamente as ciências da vida.

No caso particular da História, os dados fornecidos pela Comissão Europeia revelam que nesta disciplina (aqui agregada à Arqueologia) a percentagem de publicações em AA é inferior a 20%, colocando-a na posição 30, num total de 39 áreas do conhecimento (European Commission, 2019). Um outro aspeto a assinalar é uma evidente preferência pela “via verde”, o que não será alheio ao facto da generalidade das políticas mandatórias europeias considerarem esta modalidade nas suas estratégias de AA. Estas constatações estão em linha com o que foi já verificado para Portugal, onde os dados disponíveis indicam que o número de periódicos e publicações em série em História, publicados em AA, é reduzido (Guardado e Borges, 2011) e que os investigadores ao disponibilizar conteúdos em AA preferem a via dos repositórios (Guardado e Borges, 2014).

## 2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

O estudo que aqui se apresenta foi originalmente desenvolvido no contexto mais vasto de uma investigação de doutoramento (Guardado, 2015), cujo objetivo principal era conhecer o uso que os investigadores, integrados nas Unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) de História, financiadas pela FCT, fazem dos meios digitais para produzir e disseminar o conhecimento científico.

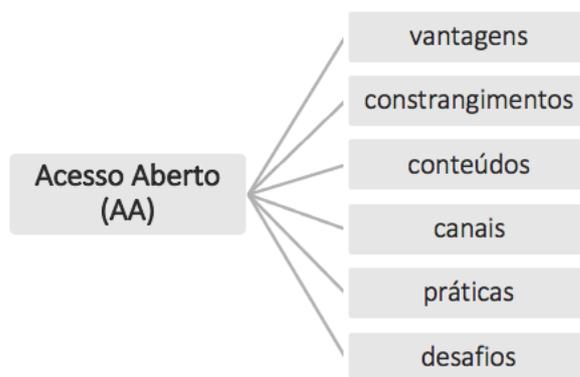
Neste trabalho a atenção recai especificamente sobre as questões relacionadas com o AA, sendo os seus objetivos, (i) clarificar a posição dos responsáveis das Unidades de I&D de História relativamente ao AA e (ii) conhecer as políticas e práticas das referidas Unidades em termos da livre disponibilização da investigação desenvolvida.

Apresentam-se, assim, os resultados das entrevistas semiestruturadas, realizadas, entre setembro de 2012 e julho de 2013, aos

responsáveis, ou a pessoas por eles designadas, de 14 das 15 unidades de I&D de História então financiadas pela FCT, elencadas no Apêndice I.

Este é, pois, um estudo de caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa, tendo-se adotado um método de amostragem por conveniência.

A informação recolhida nas entrevistas foi trabalhada com recurso à análise de conteúdo (Bardin, 2011). Para tal, a construção do sistema de categorias realizou-se em dois momentos: uma análise *a priori*, orientada pela organização das questões presente no guião da entrevista, e uma análise *a posteriori*, suportada pela concretização do discurso de cada entrevistado, as quais se apresentam na Figura 1<sup>3</sup>.



**Figura 1** – Representação visual hierárquica do tema e categorias analisadas (Adaptado de Guardado, 2015, p. 159)

---

<sup>3</sup> No trabalho original, esta temática do AA enquadra-se num tópico mais alargado referente à publicação da investigação. Deste modo, e para além do livre acesso aos resultados da investigação, nas entrevistas foram também discutidos aspetos relacionados com a adoção da publicação eletrónica, as diferentes formas de edição e distribuição usadas pelas Unidades de I&D e outras matérias que, não estando diretamente envolvidas com o uso dos meios digitais na investigação histórica, se prendem com questões estruturais e definidoras da investigação científica nesta área do conhecimento. Os resultados completos das entrevistas, bem como todo o estudo desenvolvido, podem ser encontrados em Guardado (2015).

A codificação e sistematização da informação foi realizada com o apoio de um *software* de análise de dados qualitativos Maxqda, versão 11.

### 3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como foi já referido, as entrevistas realizadas tiveram como propósito conhecer o posicionamento, as políticas e também algumas práticas das Unidades de I&D de História relativamente ao AA.

Apontam-se, assim, algumas vantagens e constrangimentos do AA, os conteúdos que podem, ou devem, ser disponibilizados e quais os canais utilizados, as práticas ou recomendações que as Unidades têm nessa matéria e, ainda, os desafios associados à abertura dos resultados da sua investigação a toda a comunidade.

A definição de cada categoria que classifica os conteúdos deste tema, bem como a referência ao número de entrevistados que abordaram cada uma das matérias, pode ser vista na Tabela 1.

Como se pode observar, os tópicos relacionados com os conteúdos disponibilizados em AA, as práticas adotadas, os desafios que o movimento do AA coloca e, ainda, os canais usados foram abordados pela quase totalidade dos entrevistados. Já a discussão das vantagens e constrangimentos associados ao AA foram aspetos que mereceram menor atenção, o que poderá resultar de, à data das entrevistas, haver ainda, por parte dos responsáveis das Unidades de I&D, algumas dúvidas sobre o AA e tudo o que este movimento compreende.

**Tabela 1** – Codificação do tema

Categoria	Definição	N.º de entrevistas
Vantagens	Quais as vantagens de publicar em regime de acesso aberto	8
Constrangimentos	Quais os pontos menos positivos do AA e vozes contra essa avaliação negativa	7
Conteúdos	Que materiais são ou podem ser publicados em AA e qual a opinião dos entrevistados sobre essa disponibilização	13
Canais	Por que via são ou podiam ser disponibilizados os conteúdos divulgados em AA	12
Práticas	O que fazem ou pensam fazer as Unidades em termos de disponibilização da investigação em AA	13
Desafios	Debates e sugestões provocados pelo movimento do AA	13

Acesso Aberto (AA)

Fonte: Guardado, 2015, pp. 161-162

Assim, e no que se refere a **vantagens**, a mais significativa, identificada por metade dos entrevistados, é o facto de as publicações se tornarem muito mais visíveis e acessíveis, podendo atingir comunidades em todo o mundo. Este aspeto é, como foi já referido anteriormente, amplamente mencionado na literatura, estando os entrevistados alinhados com a tendência internacional (Hook *et al.*, 2019; Suber, 2012).

...qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, tem acessível, várias teses, por exemplo a minha de doutoramento e mais algumas, de mestrado, dos meus colegas.

(...)

...quando [a revista publicada pela Unidade] iniciou a sua publicação pensámos pôr online, [mas] repugnava-nos a ideia de o pôr de livre acesso, e foi uma asneira. Hoje acho que foi um erro tático.

E pagámo-lo. Porque depois teve pouquíssima visibilidade. Agora tem, mas demorou a ter um certo acesso, porque queríamos ter dinheiro. Mas (...) se tivesse ficado online teria tido mais sucesso do que no papel. (...) são as coisas que vamos aprendendo com o tempo. (UI&D4)

... é incomparável. Incomparável no sentido em que são escalas diferentes, acesso que há a um trabalho académico num repositório ou numa publicação em papel. Um artigo, ou uma tese, que esteja num repositório, se tiver poucos leitores tem logo muito mais do que em papel. (UI&D9)

Ou seja, eu acho que o facto de as unidades de investigação estarem inseridas em instituições universitárias que, neste momento, todas têm repositórios, permite uma maior circulação e divulgação.

(...)

Quero eu dizer que os livros não chegam ao Brasil, nem chegam à África. Portanto, o open access, é a única forma de fazer circular aquilo que se faz no pequeno retângulo, à beira mar plantado. E, portanto, se não for por essa via não chegamos ao Brasil. Não chegamos a Cabo Verde. Não chegamos à África. E não chegamos a um mundo mesmo não falante de língua portuguesa, que, através do Google Tradutor, consegue hoje perceber os tops[sic] fundamentais daquilo que aqui é feito. (UI&D13)

Para além do alargamento do potencial de divulgação, é ainda salientado o facto de este poder ser feita a baixo custo, superando o problema do desinteresse comercial pela elevada especialização dos temas abordados no trabalho de investigação. De resto, esta não é uma questão nova, sendo a especialização das monografias académicas encarada, desde o final do século XX, como algo que a tornava menos atrativa do ponto de vista comercial (Chodorow, 1997; Williams, Stevenson, Nicholas, Watkinson, e Rowlands, 2009).

É claro que há, por um lado, a vantagem de ele [o livro] poder ser publicado e difundido sem custos. (UI&D3)

Esse tal meu artigo sobre (...), poderá interessar a dez, uma dúzia de pessoas no mundo. Não interessa a mais. Eu acho que o artigo é muito bom. Fi-lo, e ainda hoje estou muito contente com ele, mas tenho a consciência de que não interessa a quase ninguém. (...) E, portanto, temos é que ter a noção, que acho que nós historiadores muitas vezes não temos, que aquilo que fazemos é tão ultra especializado como aqueles cientistas que estudam a perna da mosca. (...) Mas nós, como temos uma dimensão literária na nossa produção científica, tendemos a acreditar que os nossos livros podem ser muito divulgados e não podem. Por isso é que o online é fundamental, porque, apesar de tudo, os custos são baixíssimos, e, portanto, eu acho que é uma das evoluções inevitáveis das unidades de investigação, é para criarem repositórios, dos seus investigadores, cada vez mais vastos e de acesso livre. (UI&D4)

O AA levanta, contudo, alguns receios e **constrangimentos**. A principal dúvida prende-se com as garantias dos direitos autorais algo transversal à generalidade da comunidade científica (Borges, 2006; Rowley *et al.* 2017), e a possibilidade de plágio, uma vez que os conteúdos estão, por princípio, totalmente acessíveis. Há também quem refira os constrangimentos editoriais ao AA e a indefinição de regras a esse respeito por parte da FCT<sup>4</sup>.

Evidentemente que há problemas de copyright e outros direitos que são complicados.

---

<sup>4</sup> Importa salientar que no momento em que as entrevistas foram realizadas, a FCT ainda não havia publicado a sua política mandatária para o AA, a qual entrou em vigor em maio de 2014.

(...)

E há, por outro lado, o desejo do autor de receber direitos de autor. (UI&D3)

Portanto, há aqui uma capacidade de, de facto, disponibilizar muito mais rapidamente os dados, porque também muito mais rapidamente é assegurada a prioridade. Nós aqui, nas Ciências Sociais, temos esse problema. E, na realidade, isso tem vindo a ser discutido. E é por isso que não pusemos, ainda, em acesso total, porque, efetivamente, não é unânime – é a ideia dos principais responsáveis da Unidade, mas não é unânime.

(...)

Aliás, o mesmo problema se passa com as próprias publicações, não é? Por exemplo, nós temos na Faculdade locais onde os nossos artigos têm de existir em PDF. Temos sistemas de controlo que têm a ver com a avaliação de docentes, etc. E tem-se posto muito a questão de se deve haver uma acessibilidade fácil ou não, e põem-se sempre o problema de esses artigos tirem saído em revistas que nos obrigam a que não estejam em acesso totalmente franco. Portanto, há aqui toda uma série de aspetos que eu acho, até, mereceria algum debate por parte da Fundação no sentido de estabelecer algumas regras nesse sentido.

(...)

Que funcionam muito bem quando não há problemas, mas pode ser extremamente gravoso quando surge alguém que quebras as regras e publica utilizando coisas que foram feitas por outros e isso é muito complicado. (UI&D12)

No entanto, grande parte dos coordenadores das Unidades de I&D que identifica este problema refere também que, apesar de existir, não é um obstáculo, uma vez que o plágio não é exclusivo do ambiente digital e há maiores vantagens em disponibilizar *online*, e para todos, a investigação produzida:

Inclusivamente existem sistemas que ajudam a detetar [o plágio]. Quando você produz uma coisa, sobretudo utilizando a linguagem, se for um problema matemático ou uma experiência física há um grau de controle, que literariamente é difícil. Por exemplo, pode pegar num texto e modificando um bocado já não é o mesmo texto. Há aí problemas que são delicados. Agora, o problema é querer exercer um controlo férreo – ninguém substitui a consciência das pessoas. Pessoas que queiram enganar haverá sempre. Andar à caça disso é uma ocupação muito simpática, mas eu, por exemplo, não me sinto vocacionado para esse policiamento. (UI&D5)

E é também a nossa vez de contribuir. Acho que é ótimo as coisas estarem online. Pode dizer: mas há o problema do plágio. É verdade, existe. Mas também é muito mais fácil eu controlar o que está online. (UI&D6)

Não, não acho [que a abertura da produção científica seja uma ameaça à propriedade intelectual]. O que interessa, a nós, ter livros publicados se ninguém os lê? (UI&D7)

Há ainda quem tenha receio que o AA dificulte o acompanhamento da evolução do trabalho científico, talvez por considerar que aquilo que é publicado no ciberespaço tem um carácter definitivo e isolado de outras publicações sobre o mesmo tema, não estando sujeito a novas edições. Este comentário aponta para algum desconhecimento do potencial de atualização da publicação eletrónica, algo que é valorizado por outros entrevistados (Guardado, 2015, p. 166).

E, portanto, não fazia, para mim, sentido por em open access a tese e não por os trabalhos que depois corrigiam essa tese. Estou a falar de trabalhos próprios. É óbvio que o trabalho científico está sempre a evoluir... (...) Mas o que é certo é que [em

publicações em papel] temos os dois para ver e confrontar. Agora, só disponibilizar, só porque é uma tese, não sei se estará correto. Ou se disponibiliza tudo, ou não se disponibiliza, ou, então, é por opção do autor. (UI&D8)

Por fim há quem identifique o tradicionalismo do investigador em História como uma constrangimento às publicações em AA. Respondendo à pergunta “E acha que a comunidade historiográfica portuguesa está preparada para esta nova realidade?”, um dos entrevistados refere:

Não, não. Eu acho que o grande problema da comunidade historiográfica portuguesa, que ainda não foi contaminada por outras comunidades, é exatamente esse. (UI&D13)

No que respeita aos **conteúdos** que, no entender dos responsáveis pelas Unidades de I&D, podem ser livremente divulgados e aqueles que já o são efetivamente, uma grande parte diz respeito a resultados finais da investigação, na forma de tese/dissertação, artigo ou livro. As teses dos investigadores aparecem em AA sobretudo por imposição das IES, o que, na opinião de um entrevistado, deve acontecer sempre que sejam financiadas por fundos públicos, indo ao encontro da generalidade das políticas mandatórias existentes no nosso país (ROARMAP).

Temos, de facto, instrumentos de trabalho online, isso temos. Inclusive disponibilizamos algumas das teses online e quem quiser pode fazer o download da tese, descarregá-la e ficar com ela. (UI&D4)

Os que fazem as provas aqui é uma coisa que, acho eu, é automática em todas as Universidades Portuguesas que tenham

Repositórios... O jovem, ou menos jovem, que defendeu as provas assinou um papel a dizer que está de acordo. (UI&D9)

... teses, a maior parte delas, são financiadas por fundos públicos e, por isso, não percebo por que é que não estão acessíveis a toda a gente, uma vez defendidas. (UI&D7)

Metade das unidades disponibiliza também artigos de revistas, publicando a versão eletrónica com algum atraso em relação à edição em papel ou digitalizando antigas edições que permanecem em formato analógico, tornando-as, assim, acessíveis.

A revista tem uma edição em papel e disponibiliza, com um número de atraso, todos os artigos [nela] incluídos. (UI&D4)

Poderá haver meia dúzia de pessoas interessada, mas aí, uma vez mais, o que será útil é, por exemplo, esse tipo de artigos estarem disponibilizados em grandes bases online, acessíveis ao grande público, para que as cinco ou seis pessoas no mundo que por acaso também estão interessadas nisso e não são da tribo, o possam descarregar gratuitamente. (UI&D4)

Embora menos representados, os livros começam progressivamente a seguir as pisadas dos artigos, prática que, nos anos mais recentes, tem estado em crescimento, tal como o evidenciam trabalhos de Eve (2014), Collins e Milloy (2016) ou Universities UK (2019), entre muitos outros.

A Unidade, como lhe digo, a política que segue ao pôr as revistas [em AA] (...), ao pôr agora as monografias é essa também. (UI&D8)

A respeito das monografia, é de assinalar que a investigação desenvolvida aponta para a elevada importância que estas têm

para a comunidade em análise, já que no inquérito realizado aos investigadores, os capítulos de livros surgem como o artefacto mais utilizado para publicar os resultados da investigação (Guardado e Borges, 2014, p. 71).

Para além dos conteúdos publicados, a disponibilização dos dados de investigação, nomeadamente de bases de dados, começa a ser uma realidade, ou, no entender de alguns entrevistados, deveria sê-lo, se estas resultarem de trabalho desenvolvido com financiamento público. Em jeito de sugestão, um entrevistado refere que a FCT devia gerir este processo, assegurando a preservação da informação, e outro manifesta apenas que os materiais deviam estar disponíveis, independentemente da forma como estivessem alojados<sup>5</sup>.

Nós temos também algumas bases de dados online, porque temos consciência da importância que representam. (UI&D6)

É aberto para toda a comunidade. E é assim que defendo que se deve dar o dinheiro. Isto é, eu não concebo que a FCT esteja a dar dinheiro para um projeto que é para meu proveito próprio. Ou para eu incluir no meu próprio trabalho. Tem de ser sempre para um trabalho que a comunidade tenha proveito. Se eu estiver a fazer investigação (...) o meu compromisso é que esse material que eu ia buscar para a minha investigação tenha de estar [publicamente] disponível todos os dias, mesmo na fase da investigação. Isto é, se eu hoje analisava este livro, tinha, ao fim do dia, [de o] por público, pois foi pago com dinheiros públicos. Portanto, tem de ser tudo aberto. (UI&D10)

... a FCT devia pedir cópia das bases de dados e tê-las. Acho, no entanto, que tem de se gerir uma janela de tempo de

---

<sup>5</sup> A questão dos dados de investigação está neste momento em discussão no âmbito do projeto para a definição das Política Nacional de Ciência Aberta, cujas orientações do Conselho de Ministros foram recentemente publicadas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2016, de 11 de abril).

reserva, porque é inacreditável. Há gente que tem anos e anos de projetos e pede dinheiro para uma base de dados. E durante anos e anos – passam-se 15 anos –, nós não vimos os resultados. E, parecendo que não, estamos todos a fazer o mesmo. Portanto, isso é ridículo e acho que devia ser resolvido, nem que a FCT tivesse uma espécie de arquivo de bases de dados, com arquivísticas e engenheiros informáticos, que mantêm a informação, independentemente da evolução do software e do hardware. (UI&D6)

A ausência de regras claras, sobretudo por parte da agência financiadora, conduz a alguns receios e, por isso, a procedimentos preventivos, como por exemplo disponibilizar as bases de dados apenas a quem pede ou aplicando algum tipo de embargo, dando tempo aos investigadores de trabalharem e publicarem os dados recolhidos no decurso de projetos de investigação.

Eu espero que não seja das bases de dados dos projetos, porque eu acho... As publicações obrigatoriamente, as pessoas deviam depositar. Ponto final.

(...) as bases de dados dos projetos – eu posso falar por mim, porque acabei um projeto há pouco tempo, e estou a começar outro, e temos uma grande base de dados. A questão é: eu continuo a produzir e a equipa continua a produzir em cima da base de dados que já fechou. (...) ... e a maneira como a estamos a explorar prolonga-se, numa janela de tempo, para além do término do projeto, o que é justo. Naqueles três anos estamos massivamente a carregar, carregar. E a seguir, quando estamos a explorar, ainda não é boa altura para disponibilizar. Mas eu acho que também devia haver depósito das bases de dados, só que com uma janela de tempo, que se devia estudar. (UI&D6)

Divulgamos a base de dados e sempre que algum investigador tem interesse em utilizá-la, para além, obviamente, das pessoas que fazem parte (...) [da Unidade] e que têm acesso direto, nós disponibilizamos a palavra-passe. (UI&D12)

No tocante aos **canais** adotados para difundir conteúdos em AA, o meio privilegiado é o repositório institucional. No entanto, estando ele associado às Universidades de afiliação das Unidades de I&D e não havendo, à data das entrevistas, uma política mandatória da FCT, nem sempre é possível aos investigadores não docentes depositarem a sua investigação neste tipo de plataformas.

Os repositórios que utilizamos são os que são disponibilizados pela Faculdade e pela Universidade. (UI&D7)

(...) eu [acho] que o facto de as unidades de investigação estarem inseridas em instituições universitárias que, neste momento, todas têm repositórios... (UI&D13)

Agora, há um outro handicap, que é: para efetuar um depósito é preciso ter um e-mail da casa. E, de facto, os Centros não têm só os docentes da casa. (UI&D6)

No nosso caso era muito visível, porque quem é professor da Universidade tem de por no repositório, porque conta para a avaliação, mas só conta para a avaliação se estiver no repositório. (...) Quem não pertence ao mundo académico, ou quem pertence ao mundo académico onde estas regras ainda não estão a funcionar [não é obrigado]. Por exemplo, a Universidade (...) [indicação da universidade], tem as suas regras de avaliação muito mais atrasadas do que as nossas e, portanto, estas coisas não existem. E nós temos investigadores [dessa] Universidade (...).(UI&D13)

Em algumas instituições, a utilização dos repositórios encontrava-se, à data, numa fase inicial onde nem tudo funcionava bem.

Mas eu tenho um bocadinho a ideia... (...) que os esquemas de recolha e tratamento do nosso Repositório Institucional não são... Enfim, ainda não estão, totalmente a funcionar como seria o ideal, o que, às vezes, também retrai um bocadinho as pessoas. (UI&D3)

A única resistência tem a ver com o facto de, no Repositório, no caso dos capítulos de livro, o formato da descrição bibliográfica não estava otimizado no princípio, e há coisas verdadeiramente aberrantes. Há gente que está autora de livros, quando é autora de um capítulo. (UI&D6)

Para além dos repositórios, são também utilizados outros canais, como sejam os sites das Unidades ou dos projetos, bibliotecas ou outras plataformas digitais.

Os investigadores quando querem colocar os artigos, sim, podem colocá-los e têm espaço para isso, nas nossas plataformas digitais. (UI&D7)

É através da Biblioteca, sim. Nós entregamos as coisas à Biblioteca e ela faz isso. (UI&D8)

Neste aspeto, temos procurado divulgar muita coisa através do site. Nós estamos a remodelar o site e o site que vai sair em setembro terá muito mais coisas, nomeadamente dos nossos projetos. (UI&D14)

Como foi já referido, algumas Unidades disponibilizam, em AA, material digital e/ou digitalizado, com ou sem embargo. Apesar de o fazerem, não existe nessas Unidades uma política de AA. No entanto, uma grande parte delas, embora possa até nem ter uma publicação

que sistematicamente coloque em AA, apresenta alguma **práticas** de disponibilização neste formato, ou pelo menos incentiva os seus investigadores a que o façam.

Disponibiliza esses textos. Para falar com rigor, não lhe posso dizer que isso corresponda a uma política. Isto é, os textos são publicados e as pessoas têm achado [importante] que esses textos sejam disponibilizados a todos. Portanto isto tem sido feito. Agora, a minha ideia de ter uma política é outra. Implicaria uma reflexão grande e consciente sobre isto e uma decisão. (...) Não lhe posso dizer que desenvolve políticas. Pratica. Tem essa prática. (UI&D2)

O (...) [centro] o que fez foi, por exemplo, para facilitar, porque as pessoas queixavam-se que não tinham tempo para digitalizar, (...) comprou uma máquina fotocopadora que digitaliza logo. E além disso há uma máquina com alimentador que digitaliza. E isso foi importante, porque as pessoas deixaram de ter essa desculpa. (UI&D6)

Aqui temos tentado, sempre, que os nossos investigadores, sejam pós-docs, sejam os extintos Compromisso com a Ciência (ainda temos alguns a funcionar), sejam mesmo os alunos de Doutoramento, que desde muito cedo partilhem deste tipo de divulgação da investigação que estão a fazer. (UI&D12)

Casos há em que a prática decorre de uma política mandatória da Universidade. Esta é, contudo, uma realidade que só se aplica às unidades cuja universidade de filiação obriga ao depósito em repositório, sendo imposta somente aos investigadores que são docentes do Ensino Superior, uma vez que decorre as exigências dos regulamentos de avaliação de desempenho docente.

A Unidade não desenvolve políticas, não estimula. Nós estamos integrados na Universidade (...) [indicação da Universidade] [com] os seus Repositórios, e, portanto, tudo o que seja trabalho institucional – teses, etc., etc. – automaticamente lá está. (UI&D8)

Depois há um estímulo, também, mas isso não tem a ver especificamente com a nossa Unidade de Investigação, mas (...) com a relação da Unidade de Investigação e dos investigadores com a Universidade, que é o estímulo para disponibilizar também no Repositório. Seja trabalhos académicos, isto é, para obtenção de grau, seja outro tipo de resultados de investigação. (UI&D9)

Para os investigadores não docentes não há, então, mais do que o incentivo e a disponibilização através do repositório fica ao seu critério.

Bom, digamos que há aqui várias fases e extratos. Digamos que o mínimo é, não só os académicos com contrato, que são os professores, como os trabalhos para as provas. Depois há um outro nível, que é não só os trabalhos para as provas, como [também] os artigos. E depois há um terceiro nível que é o outros investigadores e, de facto, o objetivo é o terceiro. Não é só o primeiro, nem o segundo. É o terceiro. Quer dizer, que os investigadores também introduzam os seus trabalhos, não só os das provas, mas também dependendo, obviamente, dos direitos e tudo, também esses trabalhos no Repositório. Claro que há um nível de investigadores, que não são os professores, mas aqueles que fazem as provas aqui. Os que fazem as provas aqui é uma coisa que, acho eu, é automático em todas as Universidades Portuguesas que tenham Repositórios... (UI&D9)

Contudo, apesar das indefinições, a política de AA não assusta os coordenadores das Unidades, e mesmo aqueles ainda não têm práticas de disponibilização admitem que este é o caminho do futuro.

Estamos a começar a pensar nisso. São coisas que para nós ainda são muito incipientes. (UI&D4)

Aceitaria perfeitamente uma política mandatória dessas. (UI&D8)

Porque a FCT obriga [a] que a página do Centro contenha as indicações de todas as publicações da comunidade. E, portanto, isso vai-nos obrigar a que na página do Centro, ou na íntegra, ou usando as regras do Google Books, que é fracionada e, portanto, não infringindo as regras dos direitos de autor, obviamente, têm de ser compaginadas.

(...)

Nós temos de fazer o relatório final para justificar as verbas do projeto estratégico no qual estamos a viver. É natural que eles [a FCT] mantenha esta regra da página do centro ter de ter o link ao open access das publicações. As indicações que recebemos não é publicações integrais, mas é ter indicações que elas existam. Existe também uma outra regra. Se eu me candidatar a um projeto, um projeto europeu ou um projeto dos normais da FCT, cada vez mais o sítio onde se põem a publicações da equipa são links. E não as referências bibliográficas. Portanto, eu direi que se caminha de uma forma galopante para o open access ser determinante e dominante. (UI&D13)

Sendo o AA um movimento relativamente recente, com contornos e implicações ainda não totalmente conhecidas pelos investigadores, como foi já referido, desperta alguns receios e incertezas quanto ao caminho a seguir, prendendo-se a maioria com a salvaguarda dos

direitos autorais. A estes receios as Unidades respondem com algumas práticas e sugestões, que constituem **desafios**, numa altura em que a FCT não tinha, ainda, definido diretrizes claras e mandatórias sobre as práticas a adotar.

A solução encontrada para a garantia da propriedade intelectual e da privacidade de alguns dados recolhidos no processo de investigação foi a criação de embargos à disponibilização em AA. Tais embargos permitem aos investigadores continuar a usar os conteúdos recolhidos nos projetos, mesmo após a sua conclusão, e assegura a vantagem comercial às editoras.

E se não acontece [disponibilização em acesso aberto] em maior escala é por causa dos problemas dos direitos de publicação e porque os mecanismos, em certos aspetos ainda não estão completamente afinados.

(...)

É claro que há, por um lado, a vantagem de ele [o trabalho] poder ser publicado e difundido sem custos. E há, por outro lado, o desejo do autor de receber direitos de autor. Portanto, as duas coisas entram em contradição e, enfim, há esquemas legais, variados até, para tentar resolver estes problemas e tudo o que, imagino, que vai tender a acontecer até esses esquemas serem generalizados e adaptados à publicação eletrónica. (UI&D3)

Claro que se houver problemas de direitos de autor, só estará o título o resumo...

(...)

Ou seja, eu termino o projeto e devia ter mais quatro anos em que posso [ter] direito a uma gestão exclusiva de cada base. E depois é que não. E porquê? Porque há uma janela de tempo em que aquela equipa produz muito em função daquele trabalho. E isso acho que é fundamental.

(...)

Eu também acho que as questões passam por se respeitar autorias. (...) Quando há este tipo de realidades [trabalho colaborativo], e isto são as pessoas de Ciências da Informação que têm de lutar por perceber onde é que está a resistência ao Open Access. (UI&D6)

Acho, contudo, que por uma questão de salvaguarda, nas monografias, dos autores e, sobretudo, das editoras que investem bastante na publicação do livro, deve haver um período de exclusividade do livro de papel. Para eles poderem difundir devidamente, pelos seus próprios meios, pelo menos do livro, na sua totalidade. Deve ser feita a difusão do livro em papel num período de meio ano, nove meses, um ano, e só depois disponibilizado em open access.

(...)

Agora, é preciso distinguir o que é dinheiro público do que é dinheiro privado. E é preciso distinguir o que é investigação que possa ser disponibilizada e a que não pode. Que salvaguarda os interesses... (...) há informação que pode não ser disponibilizada porque a empresa, ou a família, ou quem seja, não está interessada nisso.

(...)

E é óbvio que se eu vou trabalhar com os documentos de uma empresa, a empresa pode dizer assim: disponibilizo os dados, ou não disponibilizo os dados ao público. Pode só disponibilizar resultados e não os dados em concreto. (UI&D8)

A questão dos dados parece ser algo sensível e nesta unidade discute-se o embargo que deve haver nas Ciências Sociais e Humanas para a divulgação das bases de dados de investigação.

Muito complicada, sim. Enquanto que nas ciências exatas, ou nas tecnologias, os dados são muito rapidamente utilizados e publicados, e na realidade não há o problema de quem é que fez aquela investigação, no nosso caso (...) até quem fez a investigação [pode] não ser o primeiro a publicar artigos sobre os dados. Portanto, há aqui algum problema, pois nós temos um ritmo de publicação muito diferente. (...) Nós aqui, nas Ciências Sociais, temos esse problema. (...) E portanto, também seria desejável que a própria Fundação para a Ciência e Tecnologia, na área das Ciências Sociais encaradas na totalidade, portanto, as Histórias, as Filosofias, etc., tivesse uma política que pudesse, eventualmente salvaguardar o trabalho e prioridade de investigação, sem que isso obstasse que essa investigação fosse disponibilizada. Porque, se não, muito dificilmente nós vamos conseguir chegar aos níveis de publicação que se consegue fora de Portugal, principalmente em áreas emergentes (...). Ou conseguimos que, de facto, a comunidade partilhe os resultados e aproveite o máximo dos resultados, ou então corremos o risco de grande parte do esforço de levantamento de fontes se perder. (UI&D12)

Recorde-se que esta Unidade responde à inexistência de uma política da FCT com a disponibilização das bases de dados científicos apenas mediante pedido, barrando o acesso por uma *password*.

Contudo, e apesar dos embargos indicados e praticados por algumas Unidades, vários entrevistados partilham do princípio do movimento do AA, de que o conhecimento científico não deve ter barreiras, sobretudo para os conteúdos produzidos em investigações financiadas publicamente. Em alguns casos, consideram mesmo que para a investigação financiada por esta via, o AA é até um imperativo.

Olhe, e sobretudo naquilo que fazemos com financiamento público, é uma obrigação.

(...)

E aí sou partidário, sobretudo naquilo que nós temos com financiamento público, que tem de ter acessível, porque o Estado pagou. O Estado, ou a União Europeia, nalguns casos, porque são entidades públicas. E nós não somos uma entidade para fazer negócios, portanto, aí acho que é a única solução. (UI&D4)

Acho que toda a investigação de uma unidade tem de ser para a comunidade. Isto é, eu, [nome do entrevistado], não aceito que um Centro esteja a receber dinheiros públicos para investigação para proveito próprio dos seus investigadores. (UI&D10)

E esse material livremente disponibilizado pode até, sugerem três entrevistados, estar organizado em repositórios temáticos:

“Um repositório de História Moderna, outro de História Medieval...” (UI&D6)

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E TRABALHO FUTURO

As entrevistas realizadas a responsáveis pelas Unidades de I&D de História portuguesas permitem conhecer melhor a opinião que estas instituições têm relativamente à disponibilização de informação científica em AA, bem como as práticas desenvolvidas.

A maior visibilidade e acessibilidade dos conteúdos em AA são apontadas como os aspetos mais vantajosos, especialmente para uma comunidade científica de reduzidas dimensões e que investiga temas especializados e pouco atrativos, como é o caso da História de Portugal. A proteção da propriedade intelectual é uma preocupação efetiva, bem como o facto de, à data das entrevistas, não haver uma política de AA definida pela agência financiadora. Em termos de conteúdos, os artigos científicos e as teses e dissertações, estão entre os mais frequentemente disponibilizados, sobretudo através dos repositórios institucionais, apontado para uma preferência pela

“via verde”. No entanto, importa notar que, não havendo uma política mandatária da FCT, o depósito de trabalhos nos repositórios institucionais estava, em alguns casos, dependente dos mandatos das IES para o corpo docente. Deste modo, as coleções associadas às Unidades nos repositórios acabam por não espelhar verdadeiramente a sua produção científica. Uma outra preocupação manifestada prende-se com a abertura dos dados de investigação, para os quais não existia também qualquer orientação, sendo inclusivamente, um tópico referido por poucos dos entrevistados. No entanto, e apesar de todas as dúvidas e questões, a maioria dos entrevistados reconhece que este é o caminho a seguir, sendo mesmo um imperativo quando a investigação se faz com financiamento público.

Globalmente, os resultados obtidos seguem as tendências observadas por outros investigadores para outras geografias.

Não obstante, e tendo em conta o tempo decorrido desde as entrevistas e as alterações entretanto ocorridas, especialmente com a publicação da política de AA da FCT, considera-se importante repetir o estudo no sentido de aferir o modo como a sua implementação foi efetuado, bem como o seu efetivo cumprimento.

Será igualmente importante aprofundar algumas temáticas já exploradas, ainda que superficialmente, como a questão da abertura dos dados de investigação e publicação de monografias em AA. Estas duas linhas de investigação correspondem a tópicos que têm vindo a merecer uma atenção crescente por parte da comunidade científica internacional, mas que no nosso país carecem ainda de análise. No tocante ao acesso aos dados de investigação, à data do estudo este era um tópico ainda pouco debatido, pelo que, como foi já referido, não foi objeto de grande discussão nas entrevistas realizadas. Nos últimos anos, contudo, o debate criado em torno da Política Nacional de Ciência Aberta, da qual a disponibilização dos dados de investigação é uma das facetas, terá, certamente, provocado alterações no modo como os investigadores, incluindo os historia-

dores, encaram esta problemática, merecendo, pois, um novo olhar. Já no que respeita à publicação de monografias em AA, e sendo o livro um dos objetos de eleição na comunicação dos resultados da investigação nas Ciências Sociais e Humanidades, considera-se de grande pertinência conhecer o que, nesta área, tem vindo a ser feito no contexto nacional, bem como as visões dos vários atores envolvidos no processo de comunicação científica – investigadores, instituições de I&D, universidades, editoras, etc.

Finalmente, e na linha das abordagens epistémicas, replicar a investigação para outras tribos da ciência permitiria uma visão mais clara dos diferentes modos de fazer ciência em Portugal.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Ed. rev. e atual.) Lisboa: Edições 70.
- Becher, T., & Trowler, P. R. (2001). *Academic tribes and territories: intellectual enquiry and the culture of disciplines* (2<sup>nd</sup> ed.). Maidenhead: SRHE and Open University Press.
- Bernius, S., Hanauske, M., Dugall, B., & König, W. (2013). Exploring the effects of a transition to open access: Insights from a simulation study. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 64(6), 701-726. doi: 10.1002/asi.22772
- Björk, B. C., Welling, P., Laakso, M., Majlender, P., Hedlund, T., & Guðnason, G. (2010). Open access to the scientific journal literature: situation 2009. *PLoS one*, 5(6), e11273. doi: 10.1371/journal.pone.0020961.
- Borges, M.M. (2006). *A esfera: comunicação académica e novos media*. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/8557>.
- Brown, C. (2010). Communication in the sciences. *Annual Review of Information Science and Technology*, 44(1), 287-316. doi: 10.1002/aris.2010.1440440114.
- Chodorow, S. (1997). *The Pace of Scholarship, the Scholarly Career, and the Monograph*. Comunicação apresentada à Conferência “Specialized Scholarly Monograph in Crisis: or How Can I Get Tenure if You Won’t Publish My Book?”, Washington, DC, September 11-12, 1997. Disponível em: <http://www.people.virginia.edu/~jmu2m/lyman/chodorow.html>.
- Contreras, J. L. (2012). Open Access scientific publishing and the developing world. *St. Antony’s International Review*, 8(1), 43-69. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2065887>.
- Crawford, W. (2019). *Gold open access by country*. Livermore: Cites & Insights Books. Disponível em: <https://waltcrawford.name/goa4.pdf>.

- Collins, E., e Milloy, E. (2016). *OAPEN-UK final report: a five year study into open access monograph publishing in the humanities and social sciences*. Disponível em <http://oapen-uk.jiscebooks.org/files/2012/02/OAPEN-UK-researcher-survey-final.pdf>
- Cronin, B. (2003). Scholarly communication and epistemic cultures. *New Review of Academic Librarianship*, 9(1) 1-24. doi 10.1080/13614530410001692004.
- European Commission (2012). *Survey on open access in FP7*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: <http://goo.gl/wPUOJ>.
- European Commission (2019). *Trends for open access to publications*. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation/strategy/goals-research-and-innovation-policy/open-science/open-science-monitor/trends-open-access-publications\\_en](https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation/strategy/goals-research-and-innovation-policy/open-science/open-science-monitor/trends-open-access-publications_en)
- Eve, M.P. (2014). *Open Access and the Humanities: contexts, controversies and the future*. Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9781316161012.
- Gargouri, Y., Larivière, V., Gingras, Y., Carr, L., & Harnad, S. (2012). *Green and gold open access percentages and growth, by discipline*. Trabalho apresentado à 17th International Conference on Science and Technology Indicators (STI), Montreal, Canada. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1206.3664>.
- Guardado, M.C.G. (2015). *A "oficina do historiador" na era digital: práticas e percepções na comunidade historiográfica portuguesa*. (Tese de Doutorado). Universidade do Porto e Universidade de Aveiro. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/98060>.
- Guardado, M.C., e Borges, M.M. (2011). Some trends in electronic publication and open access in Portuguese history journals. *Information Services & Use*, 31, 235-241. doi: 10.3233/ISU-2012-0653.
- Guardado, M.C., e Borges, M.M. (2014). A publicação historiográfica em Portugal: mudanças e permanências. *Páginas a&b*, 3.<sup>a</sup> série, 2, 65-80. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/600>.
- Harnad, S. (2010). The open challenge: a brief history. *Public Service Review: European Science & Technology*, 9, 13-15. Disponível em: <http://eprints.soton.ac.uk/271816/>.
- Hook, D.W., Calvert, I., & Hahnel, M. (2019). *The ascent of Open Access: An analysis of the Open Access landscape since the turn of the Millennium*. London: Digital Science. Disponível em: [https://digitalscience.figshare.com/articles/The\\_Ascent\\_of\\_Open\\_Access/7618751/2](https://digitalscience.figshare.com/articles/The_Ascent_of_Open_Access/7618751/2).
- Iyandemye, J., & Thomas, M. P. (2019). Low income countries have the highest percentages of open access publication: A systematic computational analysis of the biomedical literature. *PLoS ONE*, 14(7), e0220229. doi: 10.1371/journal.pone.0220229.
- Knorr-Cetina, K. (1999). *Epistemic cultures: how the sciences make knowledge*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Laakso, M., & Björk, B.-C. (2012). Anatomy of open access publishing: a study of longitudinal development and internal structure. *BMC Medicine*, 10, 124. doi: 10.1186/1741-7015-10-124.
- Laakso, M., Welling, P., Bukvova, H., Nyman, L., Björk, B.-C., & Hedlund, T. (2012). The development of open access journal publishing from 1993 to 2009. *PLoS ONE*, 6(6), e20961. doi 10.1371/journal.pone.0020961.

- McKiernan, E. C., Bourne, P. E., Brown, C. T., Buck, S., Kenall, A., Lin, J., ... & Yarkoni, T. (2016). Point of View: How open science helps researchers succeed. *eLife*, 5, e16800. doi: 10.7554/eLife.16800.
- Mikki, S. (2017). Scholarly publications beyond pay-walls: increased citation advantage for open publishing. *Scientometrics*, 113(3), 1529-1538. doi: 10.1007/s11192-017-2554-0.
- OECD (2015). *Making Open Science a reality*. Paris: OECD Publishing. doi: 10.1787/5jrs2f963zs1-em.
- Pinfield, S., Salter, J., & Bath, P. A. (2017). A “Gold-centric” implementation of open access: Hybrid journals, the “Total cost of publication,” and policy development in the UK and beyond. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 68(9), 2248-2263. doi: 10.1002/asi.23742.
- Portugal. Fundação para a Ciência e Tecnologia (2014). *Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT*. Disponível em: [https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto\\_Publicacoes.pdf](https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto_Publicacoes.pdf).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2016, de 11 de abril. *Diário da República*, 1.ª série, 70, 1191-1193. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/74094659>.
- Rizor, S. L., & Holley, R. P. (2014). Open Access goals revisited: How Green and Gold Open Access are meeting (or not) their original goals. *Journal of Scholarly Publishing*, 45(4), 321-335. doi: 10.3138/jsp.45.4.01.
- Rowley, J., Johnson, F., Saffi, L., Frass, W., e Devine, E. (2017). Academics’ behaviors and attitudes towards open access publishing in scholarly journals. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 68(5), 1201-1211. doi: 10.1002/asi.23710.
- Schöpfel, J. (2017). Open Access to scientific information in emerging countries. *D-Lib Magazine*, 23(3-4). doi: 10.1045/march2017-schopfel.
- Solomon D., & Björk B. (2016). Article processing charges for open access publication: the situation for research intensive universities in the USA and Canada. *PeerJ*, 4:e2264. Disponível em: <https://doi.org/10.7717/peerj.2264>.
- Suber, P. (2012). *Open Access*. Cambridge, MA: MIT Press. Disponível em: <https://openaccesseks.mitpress.mit.edu/>.
- Swan, A. (2010). *The Open Access citation advantage: Studies and results to date*. Disponível em: <https://eprints.soton.ac.uk/268516/>.
- Tennant, J. P., Waldner, F., Jacques, D. C., Masuzzo, P., Collister, L. B., & Hartgerink, C. H. J. (2016). The academic, economic and societal impacts of Open Access: an evidence-based review [version 3; peer review: 4 approved, 1 approved with reservations]. *F1000Research*, 5:632. doi: 10.12688/f1000research.8460.3.
- Tinerella, V. P. (1999). The Crisis in Scholarly Publishing and the Role of the Academic Library. *Katharine Sharp Review*, 8. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/78810>.
- Universities UK. Open Access Monograph Group (2019). *Open access and monographs*. Disponível em: <https://www.universitiesuk.ac.uk/policy-and-analysis/reports/Documents/2019/open-access-and-monographs.pdf>.

Wang X., Cui Y., Xu S., & Hu Z. (2018). The state and evolution of Gold open access: a country and discipline level analysis. *Aslib Journal of Information Management*, 70(5), 573-584. doi: 10.1108/AJIM-02-2018-0023.

Williams, P., Stevenson, I., Nicholas, D., Watkinson, A. e Rowlands, I. (2009). The role and future of the monograph in arts & humanities research. *ASLIB Proceedings*, 61(1), 67-82. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00012530910932294>

### Apêndice I – Unidades de I&D consideradas no estudo<sup>6</sup>

Sigla	Designação	Afiliação institucional
CEH	Centro de Estudos Históricos <sup>7</sup>	FCSH-UNL
CEHFCi	Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência <sup>8</sup>	UÉvora
CEHR	Centro de Estudos de História Religiosa	UCP
CEIS20	Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX	UC
CEPESE	Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade	UP
CHAM	Centro de História de Além-Mar <sup>9</sup>	FCSH-UNL
CHC	Centro de História da Cultura <sup>10</sup>	FCSH-UNL
CHSC	Centro de História da Sociedade e da Cultura	FLUC
CIDEHUS	Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades	UÉvora
CITCEM	Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» <sup>11</sup>	FLUP; UMinho

<sup>6</sup> Excluiu-se o Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (CEHCP) que não respondeu a nenhum dos pedidos efetuados. Esta Unidade de I&D, afiliada ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, foi entretanto extinta, tendo os seus investigadores integrado o CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

<sup>7</sup> Desde setembro de 2013, os investigadores do CEH integram o CHAM.

<sup>8</sup> Desde 2013, os investigadores do CEHFCi estão integrados no IHC, constituindo um polo desta Unidade na Universidade de Évora.

CIUHCT	Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia	FCUL; FCT-UNL
GHES	Gabinete de História Económica e Social <sup>12</sup>	ISEG-UTL
IEM	Instituto de Estudos Medievais	FCSH-UNL
IHC	Instituto de História Contemporânea	FCSH-UNL

---

9 Atualmente, esta é uma Unidade interuniversitária vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) e à Universidade dos Açores, designam-se por CHAM – Centro de Humanidades.

10 Desde setembro de 2013, os investigadores do CHC integram o CHAM.

11 Desde 2015 que o CITCEM se encontra vinculado apenas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

12 Atualmente o GHES integra o consórcio CSG – Investigação em Ciências Sociais e Gestão do ISEG – Lisbon School of Economics & Management da Universidade de Lisboa.

(Página deixada propositadamente em branco)